Tribunal da Relação de Lisboa

Processo nº 5276/15.6T8SNT-B.L1-4

Relator: MARIA JOSÉ COSTA PINTO

Sessão: 13 Julho 2020

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: CONFIRMADA A DECISÃO

EMBARGOS DE TERCEIRO

PENHORA

IMÓVEL

NUA PROPRIEDADE

USUFRUTO

REGISTO PREDIAL

Sumário

I - O proprietário de raiz de um bem imóvel pode embargar de terceiro em execução movida contra o usufrutuário desse imóvel se o mesmo foi penhorado em tal execução como se pertencesse, em propriedade plena, ao executado.

II - A tanto não obsta o facto de a propriedade do mesmo imóvel se mostrar ainda inscrita no registo predial a favor do transmitente daquele bem ao proprietário de raiz.

III - O registo predial, no nosso ordenamento jurídico, tem eficácia estritamente declarativa.

IV - O direito de usufruto pode ser penhorado e vendido no âmbito de execução movida contra o usufrutuário.

V - Quando há direitos reais de gozo sobrepostos, a penhora de um ou de outro processa-se em moldes diferentes, em conformidade com a diversidade da natureza dos correspondentes direitos.

(Pela relatora)

Texto Integral

Acordam na Secção Social do Tribunal da Relação de Lisboa:

1. Relatório

1.1. AAA, BBB, CCC e DDD afirmando-se proprietários do bem imóvel penhorado no processo n.º 5276/15.6T8SNT, do Tribunal Judicial da Comarca

de Lisboa Oeste, Juízo de Trabalho de Sintra, em que é exequente EEE e executada FFF vieram por apenso deduzir embargos de terceiro à referida penhora.

No seu requerimento inicial alegaram, em síntese, que são proprietários, em regime de compropriedade, da fracção autónoma penhorada, detendo a executada tão só o usufruto do imóvel, e que a penhora ofende o seu direito de propriedade, podendo opor o seu direito à exequente não obstante não terem procedido ao registo da propriedade na Conservatória do Registo Predial. Juntaram a escritura pública de compra e venda do imóvel, datada de 6 de Dezembro de 1994, muito antes da realização da penhora.

Admitidos os embargos e suspensos os termos do processo executivo, foram notificadas as embargadas para contestar, vindo apenas a exequente a fls. 16 e ss. apresentar contestação alegando, em suma: que os embargantes não articularam factos demonstrativos da ameaça da posse sobre o imóvel penhorado, posse que não exercem; que, nos termos do disposto no artigo 5º, nº 1, do Código do Registo Predial, qualquer facto sujeito a registo é inoponível a terceiro antes de registado; que, porque a propriedade não se mostra registada a favor dos embargantes, o direito destes não pode ser oponível a si que, como exequente, assume a posição de terceiro e que a fracção foi vendida à executada que é quem consta como titular na respectiva Repartição de Finanças. Em reconvenção, a exequente pede se declare que a executada adquiriu o imóvel penhorado, por usucapião, pelo decurso do prazo de vinte anos de posse ininterrupta.

Os embargantes apresentaram a resposta de fls. 31 e ss., defendendo a improcedência da reconvenção.

Proferido despacho saneador, a Mma. Juiz *a quo* entendeu que os autos continham todos os elementos essenciais ao conhecimento da questão suscitada, e conheceu do mérito dos embargos, terminando a sua decisão com o seguinte dispositivo:

«Pelo exposto, julgo totalmente procedentes, por provados, os presentes Embargos de Terceiro e, em consequência, julgando inadmissível a penhora efetivada sobre a fração autónoma designada pela letra (...), do prédio urbano sito na freguesia de (...), descrita na CRP de Lisboa sob o nº (...), e inscrita na matriz sob artigo (...), determino o seu levantamento.

Fixo à ação o valor de €11.522,02 (onze mil quinhentos e vinte e dois euros e dois cêntimos).

[...]»

1.2. A exequente, ora embargada, inconformada, interpôs recurso desta decisão e formulou, a terminar as respectivas alegações, as seguintes conclusões:

“1- No âmbito da execução foi penhorada a fração autónoma designada pela letra (...), do prédio urbano sito na freguesia de (...), descrito na CRP de Lisboa sob o n.º (...) e inscrito na matriz sob o artigo (...).

2- A exequente que obteve o registo de penhora da fração e os adquirentes do direito de nua propriedade da mesma são terceiros para efeito do registo predial.

3- No caso presente prevalece a penhora registada a favor da recorrente, com prioridade de inscrição no registo predial.

4- Os embargantes como alegam e consta dos autos só adquiriram por escritura pública a nua propriedade da fração.

5- O usufruto pertence à executada e tal direito de uso e fruição é um bem penhorável que está contido e integrado na penhora efetuada e registada.

6- Os embargos deduzidos nunca podiam determinar a inadmissibilidade da penhora efetivada, na sua totalidade, quando muito no que à nua propriedade da fração diz respeito.

7- O tribunal recorrido decidiu mal e pode e está em tempo de corrigir a decisão proferida pois esta foi lavrada em erro por ter desconsiderado que o usufruto da fração penhorada é propriedade exclusiva da executada, logo o direito de propriedade na parte do usufruto tem que ser e foi bem penhorado.

8- Impõe-se a revogação da sentença recorrida substituindo-a por outra que :

a) Julgue os embargos improcedentes ou, se assim se não entender;

b) Julgue os embargos procedentes só na medida do direito à nua propriedade da fração penhorada

9 - A sentença recorrida violou entre outros os seguintes preceitos legais - Artºs 5.º, 6.º e 7.º, do C.R.P. , artºs 601º e 819º do C.C. e Artº 735º nº 1 do CPC”

1.3. Os embargantes apresentaram contra-alegações defendendo a improcedência do recurso. Concluíram do seguinte modo:

“A- Foram dados como provados pelo douto tribunal A Quo os seguintes factos: (...)

B- Nas suas alegações a recorrente alegou que o tribunal A Quo, deveria ter considerado que o usufruto da fração ora em causa poderia ser penhorado já não o podendo ser a nua propriedade.

C. Salvo o devido respeito não assiste razão á apelante uma vez que nos presentes autos, foi dado como provado pelo tribunal A Quo que foi penhorada a propriedade plena da fração ora em causa, e não o seu usufruto.

D- Não podendo assim a apelante formular agora em sede de recurso um pedido diferente daquele que formulou junto do tribunal A Quo, visto que com o recurso não se visa a realização de um novo julgamento, mas no limite a reapreciação da matéria de facto.

E- A recorrente nas suas alegações de recurso não pediu a reapreciação da matéria de facto fixada pelo tribunal recorrido considerando-se esta definitivamente assente.

F- Em nenhum momento durante o julgamento feito no tribunal de 1ª instância foi alegado e provado que a executada, FFF, é usufrutuária da fração ora em causa. Ao invés,

G- Foi dado como provado pelo tribunal A Quo, que a propriedade plena da fracção ora em causa pertence aos ora apelados em compropriedade.

H- Mais se diga, conforme referido supra, que o pedido elaborado pela recorrente foi a penhora da propriedade plena da fração ora em causa e não do seu usufruto.

I- A recorrida chegou mesmo a afirmar, pasme-se! que a executada tinha adquirido a propriedade da fração por usucapião pelo facto de habitar a casa há mais de 20 anos, o que não é manifestamente o caso.

J- Tem aplicação plena em direito do trabalho o princípio da vinculação do juiz ao pedido formulado pelas partes previsto no artigo 609º nº 1 do CPC.

K- Se o tribunal A QUO tivesse condenado os ora recorridos em pedido diverso do formulado pelos recorrentes a sentença seria nula nos termos do artigo 615.º al. e) do CPC.

L- Nulidade essa que teria de ser invocada pela recorrente em sede de recurso, o que não aconteceu.

M- A propriedade foi transferida para os recorridos por mero efeito da escritura pública datada de 06 de Dezembro de 1994.

N- Tal facto foi dado como provado pelo tribunal de que se recorre.

O- Ao contrário do que afirma a ora recorrente (titular de uma penhora sobre a fração em causa nos presentes autos), não é incluída no conceito de terceiros para efeitos do artigo 5º nº 4 do CRP, uma vez que não se tendo ainda concretizado a venda judicial do imóvel, não se verifica a existência de um mesmo transmitente comum.

P- Sendo também esse o entendimento do tribunal A Quo.”

1.4. O recurso foi admitido como de apelação por despacho de 03 de Março de 2020.

1.5. O Exmo. Procurador-Geral Adjunto neste Tribunal da Relação pronunciou-se no sentido de que o recurso não merece provimento. Após notificadas as partes, apenas a executada respondeu a este Parecer, dele discordando.

1.6. Cumprido o disposto na primeira parte do nº 2 do artigo 657º do Código de Processo Civil aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, aplicável “*ex vi*” do art.º 87.º, n.º 1, do Código de Processo do Trabalho, e realizada a Conferência, cumpre decidir.

*

2. Objecto do recurso

Sendo o âmbito do recurso delimitado pelas conclusões das alegações do recorrente - artigos 635.º, n.º 4 e 639.º, n.ºs 1 e 2 do Código de Processo Civil aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, aplicável “ex vi” do art.º 87.º, n.º 1, do Código de Processo do Trabalho -, ressalvadas as questões do conhecimento oficioso que ainda não tenham sido conhecidas com trânsito em julgado, as questões que se colocam à apreciação deste tribunal prendem-se com saber:

1.º - se deve manter-se a penhora da fracção autónoma do bem imóvel de que são proprietários de raiz os embargantes;

2.º - em caso negativo, se é possível o levantamento da penhora apenas na medida do direito à nua propriedade de tal fracção.

3. Fundamentação de facto

Os factos relevantes para a decisão são os seguintes:

3.1. Na instância executiva de que estes embargos são um apenso foi penhorada em 24 de Abril de 2018[1] a fracção autónoma designada pela letra (...), do prédio urbano sito na freguesia (...), descrito na CRP de Lisboa sob o nº (...) e inscrito na matriz sob artigo (...).

3.2. A aquisição da fracção mostra-se registada desde 16 de Fevereiro de 1982 [2] a favor da sociedade (...).

3.3. Cumprido na acção executiva o disposto no artigo 119º, nº 1 do CRP, a referida sociedade declarou em 22 de Maio de 2018[3] que a fracção não lhe pertence.

3.4. Por escritura pública realizada no dia 06 de Dezembro de 1994, a sociedade (...) transmitiu à FFF o usufruto da fracção penhorada e aos Embargantes a nua propriedade, pelo preço de um milhão e oitocentos mil escudos.

Fundamentação de direito

4.1. Não sofre neste momento contestação que os embargos de terceiro não se destinam apenas à defesa da posse lesada pela diligência judicial mas, também, à defesa de *“qualquer direito incompatível com a realização ou o âmbito da diligência”* (cfr. o artigo 342.º, n.º1 do Código de Processo Civil aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, que seguiu a opção legislativa da reforma de 1995, alargando o âmbito dos embargos de terceiro face ao que estabelecia o art.1037.º, n.º 1 do Código de Processo Civil até então em vigor). Como se justificou no preâmbulo do Dec. Lei n.º 329-A/95, de 12/12, *“permite-se, deste modo, que os direitos “substanciais” atingidos ilegalmente pela penhora ou outro acto de apreensão judicial de bens possam ser invocados, desde logo, pelo lesado no próprio processo em que a diligência ofensiva teve lugar, em vez de o orientar necessariamente para a propositura de acção de*

reivindicação – por esta via se obstando, no caso de a oposição do embargante se revelar fundada, à própria venda dos bens e prevenindo a possível necessidade de ulterior anulação desta, no caso de procedência de reivindicação”.

Cabe, pois, aferir se os embargantes são titulares de um direito incompatível com a realização da penhora, no processo de execução, da fracção autónoma designada pela letra (...), do prédio urbano sito na freguesia de (...), descrito na CRP de Lisboa sob o nº (...), e inscrito na matriz sob artigo (...), caso em que a mesma não poderá manter-se.

Conforme resulta dos factos dados como provados a fracção penhorada nos autos de execução encontra-se registada em nome da sociedade (...), à qual não pertence, uma vez que a referida sociedade, por escritura pública outorgada no dia 06 de Dezembro de 1994, transmitiu à executada o usufruto da fracção e aos embargantes a nua propriedade da mesma, pelo preço de um milhão e oitocentos mil escudos (factos 3.2. a 3.4.).

O registo desta transmissão verificada em 1994 não foi então realizado, mas esta situação – que se mantinha quando foi efectuada a penhora do bem imóvel, já no ano de 2018 – não impede a afirmação da aquisição do direito de propriedade de raiz a favor dos embargantes ora recorridos na medida em que o registo predial, no nosso ordenamento jurídico, não tem natureza constitutiva mas eficácia estritamente declarativa. Os direitos a registar constituem-se fora do registo e este limita-se a dar-lhes publicidade^[4] Na verdade, nos termos do preceituado no artigo 1.º do Código do Registo Predial, o registo “*destina-se essencialmente a dar publicidade à situação jurídica dos prédios, tendo em vista a segurança do comércio jurídico imobiliário*”. E, de acordo com o artigo 7º do mesmo Código do Registo Predial, que estabelece a presunção do registo, o registo “*constitui presunção de que o direito existe e pertence ao titular inscrito, nos precisos termos em que o registo o define*”.

Esta constitui uma presunção legal “*iuris tantum*” ilidível por prova em contrário nos termos do artigo 350.º, n.º 2, do Código Civil. Ou seja, a inscrição não garante a efectiva existência do direito inscrito a favor de quem figura como seu titular, apenas criando a presunção de que, a ter existido efectivamente alguma vez o direito, ele ainda pertence a quem figura no registo como seu titular e não foi transmitido por este a um terceiro. Na lapidar expressão de Vaz Serra, “*o registo predial não serve para sanar a falta ou os vícios do direito do transmitente: conserva, não cria direitos*”^[5].

De acordo com o artigo 408.º, n.º 1 do Código Civil, a transmissão da propriedade sobre determinado bem dá-se por mero efeito do contrato, pelo que a transmissão da nua propriedade do bem penhorado a favor dos

embargantes se deu por efeito do contrato de compra e venda, celebrado por escritura pública de 6 de Dezembro de 1994 entre a anterior proprietária inscrita no registo e os embargantes ora recorridos – cfr. os artigos 875.º e 879.º, alínea a) do Código Civil.

Pelo que a penhora do prédio verificada 24 de Abril de 2018 em processo executivo onde não são parte é incompatível com o direito que através daquela escritura adquiriram e ilegal (cfr. o artigo 735.º, n.º 2 do Código de Processo Civil).

A recorrente invoca ainda neste âmbito que os factos sujeitos a registo só produzem efeitos contra terceiros depois da data do respectivo registo nos termos do nº 1 do artigo 5.º do Código do Registo Predial e que ela própria e os embargantes são terceiros para efeito do registo predial, aí radicando a afirmação de que, no caso presente, prevalece a penhora registada a seu favor.

Não cremos que num caso com os contornos da vertente tenha qualquer pertinência a invocação deste argumento. Nem a exequente – que obteve o registo da penhora efectuada em 2018 em execução instaurada contra a embargada que não figura no registo – nem os embargantes – que em 1994 adquiriram a propriedade de raiz de tal fracção ao titular registado – podem considerar-se terceiros para efeitos de registo, atenta a definição actualmente constante do n.º 4 do artigo 5.º do CRP, pois que nenhum deles adquiriu *“de um autor comum direitos incompatíveis entre si”* sobre o mesmo objecto.

Acresce que a proprietária primitivamente inscrita – que, não se esqueça, não era a executada – foi notificada nos termos do artigo 119.º, n.º 1, do CRP e deu notícia nos autos, após a penhora, de que tal bem não lhe pertencia apesar da inscrição registral, o que é suficiente para desencadear o mecanismo previsto no n.º 3 do mesmos preceito, segundo o qual *“[s]e o citado declarar que os bens lhe não pertencem ou não fizer nenhuma declaração, o tribunal ou o agente de execução comunica o facto ao serviço de registo para conversão oficiosa do registo”*.

Em suma, da escritura pública de compra e venda documentada nos autos resulta a aquisição pelos embargantes (em compropriedade) da nua propriedade da fracção, direito este que naturalmente é incompatível com a realização e o âmbito da diligência da penhora da mesma fracção em execução que não foi instaurada contra si, pelo que se mostra preenchida a *fattispecie* do nº 1 do artigo 342º do CPC, segundo o qual *“[s]e a penhora, ou qualquer ato judicialmente ordenado de apreensão ou entrega de bens, ofender a posse ou qualquer direito incompatível com a realização ou o âmbito da diligência, de que seja titular quem não é parte na causa, pode o lesado fazê-lo valer, deduzindo embargos de terceiro”*.

Não pode, assim, manter-se a penhora da fracção autónoma do bem imóvel de que são proprietários de raiz os embargantes.

4.2. Numa via subsidiária, a recorrente rebela-se contra a sentença por considerar que, pertencendo o usufruto da fracção à executada, tal direito de uso e fruição é um bem penhorável que está contido e integrado na penhora registada, pelo que os embargos deduzidos nunca podiam determinar a inadmissibilidade da totalidade da penhora efectivada deviam proceder só na medida do direito à nua propriedade da fracção penhorada.

Esta pretensão não pode proceder.

Senão vejamos.

O usufruto, na palavra da lei é o *“direito de gozar temporária plenamente uma coisa ou direito alheio, sem alterar a sua forma ou substância”*. Segundo Pires de Lima e Antunes Varela, constitui nota essencial do direito de usufruto a de que *“é um direito sobre coisa (ou direito) alheia”*. O usufrutuário, *“a despeito da plenitude do seu direito de gozo, não é o proprietário da coisa”* e, no caso mais vulgar do usufruto de coisas, *“dá-se a esse outro titular o nome de nu proprietário ou proprietário da raiz”* [6].

Estamos assim perante dois direitos reais distintos e com conteúdo e natureza diversos, sobre a mesma coisa: o direito de usufruto (que não é um direito pleno ou exclusivo sobre uma coisa, mas um *“ius in re aliena”* que sem o direito do proprietário, não poderá existir), e o direito de propriedade de raiz (que é um direito, limitado, do proprietário).

É indiscutível que o direito de usufruto é passível de ser penhorado e judicialmente vendido no âmbito de execução movida contra o usufrutuário [7].

Mas, neste caso, é naturalmente diferente o objecto da penhora: o direito de usufruto sobre um prédio não se confunde com a propriedade de raiz e, muito menos, com a propriedade plena sobre o mesmo, sendo certo que o auto de penhora lavrado no processo de execução movido pela ora recorrente contra a executada se reporta a esta propriedade plena.

Além disso, quando há direitos reais de gozo sobrepostos, a penhora de um ou de outro processa-se em moldes diferentes [8], em conformidade com aquela diversidade de natureza.

Se o objecto da penhora for o direito onerado (a nua propriedade), o executado seu titular tem gozo partilhado da coisa e uma posse não exclusiva, pelo que a coisa não pode ser apreendida (tal implicaria retirar o gozo da coisa ao usufrutuário, titular do direito real menor). Aplica-se neste caso o disposto no artigo 781.º, n.º 5, segundo o qual se aplicam as regras da penhora de direito a bens indivisos e de quotas em sociedades, com as necessárias adaptações, à penhora do direito real de habitação periódica *“e de outros direitos reais cujo objeto não deva ser apreendido, nos termos previstos*

na subsecção anterior”. Tratando-se de direito de propriedade de raiz sobre bem sujeito a registo, a penhora é feita com a comunicação electrónica ao serviço de registo (artigos 783.º e 755.º) e sucessivamente é feita a notificação por força do n.º 5 do artigo 781.º ao usufrutuário (terceiro titular do direito sobreposto).

Se o objecto da penhora for o usufruto – direito onerador pelo qual a coisa está a ser efectivamente gozada – de um bem sujeito a registo, a penhora é realizada por comunicação electrónica ao serviço de registo nos termos dos artigos 755.º e 768.º, *ex vi* do artigo 783.º e o terceiro titular da propriedade de raiz – direito maior – deve ser notificado nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1 a 4 do artigo 781.º.

Trata-se, pois, de actos de penhora diferentes e que obedecem a distintos requisitos.

Destas considerações se retira, à evidência, que o direito de usufruto não está contido e integrado na penhora efectuada nos autos de execução instaurados pela exequente contra a executada, como alega a recorrente, pelo que nunca os embargos poderiam obter a procedência parcial por que esta propugna nas suas alegações.

Não merece provimento a apelação.

*

As custas do recurso interposto ficariam a cargo da recorrente, por nele ter ficado vencida - artigo 527º, nºs 1 e 2 do Código de Processo Civil aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho. Mostrando-se paga a taxa de justiça e não havendo encargos a contar neste recurso que, para efeitos de custas processuais, configura um processo autónomo (artigo 1.º, n.º 2 do Regulamento das Custas Processuais), a sua responsabilidade é restrita às custas de parte. Deverá, contudo, atender-se a que beneficia de apoio judiciário

*

5. Decisão

*

Em face do exposto, acorda-se em negar provimento à apelação, confirmando-se a decisão recorrida.

Custas pela recorrente, nos termos assinalados, atendendo-se, contudo, a que beneficia de apoio judiciário.

Nos termos do artigo 663.º, n.º 7, do Código de Processo Civil, anexa-se o sumário do presente acórdão.

Lisboa, 13 de Julho de 2020

Maria José Costa Pinto

- [1] Cfr. auto de penhora documentado no histórico electrónico do processo de execução a que os presentes autos se mostram apensos.
- [2] Cfr. certidão do registo predial a fls. 9-11.
- [3] Cfr. comunicação da notificanda documentada a fls. 23 destes autos e no histórico electrónico do processo de execução a que os mesmos se mostram apensos.
- [4] Maria Clara Sottomayor, in *Invalidade e Registo, a Protecção do Terceiro Adquirente de Boa Fé*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 720.
- [5] In Revista de Legislação e de Jurisprudência, Ano 97º, 1964-1965, n.º 3265, p. 57, em anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Julho de 1963. Vide também Manuel A. Domingues de Andrade, in *Teoria Geral da Relação Jurídica, vol. II, Facto Jurídico em especial Negócio Jurídico*, Reimpressão, Coimbra, 1992, p. 20.
- [6] In *Código Civil Anotado*, vol. III, 2.ª ed., Coimbra, pp. 457 e ss.
- [7] Vide o Acórdão da Relação do Porto de 2019.09.26, processo n.º 6062/12.0YYPRT-A.P1, in *www.dgsi.pt*.
- [8] Vide Rui Pinto, in *"A Acção Executiva"*, Reimpressão, Lisboa, 2019, pp. 615 e ss., cuja exposição, pela sua clareza, seguiremos.